GD Solar Holding S.A.

CNPJ nº 22.226.105/0001-04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Prezados (as) Senhores (as), Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2017 da GD Solar Holding S.A. (Companhia), acompanhadas do Relatório do Auditor Independente. Atenciosamente, Maria Aparecida Regina Cozero Abdo - Sócia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo		Controladora		Consolidado	
Ativo circulante	Notas	2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	6	1.051	7
Títulos a receber		2	-	4.273	-
Tributos a recuperar	5	7	6	384	6
Adiantamentos	6	49	1	185	1
Total do ativo circulante		58	13	5.894	14
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	7	731	1	340	1
Investimentos	9	1.706	-	354	-
Imobilizado	8	-	-	527	-
Total do ativo não circulante		2.437	1	1.220	1
Total do ativo		2.495	14	7.113	15

Passivo e Patrimônio Líquido		Controladora		Consolidado	
Passivo circulante	Notas	2017	2016	2017	2016
Fornecedores		3	-	484	-
Adiantamentos		107	-	2.294	-
Obrigações tributárias		1	1	494	1
Obrigações trabalhistas		-	-	23	-
Contas a pagar	10	191	287	191	287
Partes relacionadas	7	613	-	-	-
Total do passivo circulante		914	288	3.486	288
Passivo não circulante					
Passivo a descoberto	9	-	272	-	270
Partes relacionadas	7	-	33	2.046	36
Total do passivo não circulante		-	305	2.046	306
Patrimônio líquido					
Capital social	12	2.914	822	2.914	822
Prejuízos acumulados		(1.333)	(1.401)	(1.333)	(1.401)
Total do patrimônio líquido		1.581	(579)	1.581	(579)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.495	14	7.113	15	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Atribuído aos sócios Controladores: Capital social	Prejuízos acumulados	Total	Total Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31/12/2015 - Não auditado		1	(704)	(703)	(703)
Aumento de capital	12.a	821	-	821	821
Prejuízo do exercício	-	-	(697)	(697)	(697)
Saldos em 31/12/2016		822	(1.401)	(579)	(579)
Aumento de capital	12.a	2.092	-	2.092	2.092
Lucro do exercício	-	-	68	68	68
Saldos em 31/12/2016		2.914	(1.333)	1.581	1.580

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro/Prejuízo do exercício	68	(697)	68	(697)
Resultado abrangente do exercício	68	(697)	68	(697)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita operacional líquida	13	15	12	22.527	12
Custos de Mercadorias Vendidas		-	-	(11.694)	-
Lucro Bruto		15	12	10.833	12
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	(109)	(446)	(5.587)	(450)
Despesas com pessoal	-	-	(18)	(72)	(17)
Resultado de equivalência patrimonial	9	3.328	(273)	626	(270)
Depreciação	-	-	-	(2)	-
Outras receitas/despesas	-	-	-	(1.537)	-
Perdas em investimentos	-	(3.277)	-	(3.277)	-
		(58)	(737)	(9.850)	(737)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(43)	(725)	984	(725)
Resultado financeiro	15	112	35	1	35
Prejuízo antes do IR e da CS		69	(690)	985	(690)
IR e CS	16	(1)	(7)	(917)	(7)
Lucro/Prejuízo do exercício		68	(697)	68	(697)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Das atividades operacionais					
Lucro/Prejuízo antes do IR e da CS		68	(690)	985	(690)
Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades gerada pelas atividades operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial		(3.328)	273	(626)	270
Depreciação		-	-	(2)	-
		(3.260)	(417)	357	(420)
(Aumento) Redução das contas do ativo					
Tributos a recuperar		(1)	(6)	(378)	(6)
Contas a receber		(2)	-	(4.273)	-
Adiantamentos		(48)	141	(184)	139
Aumento (Redução) das contas do passivo					
Fornecedores		3	-	484	-
Adiantamentos		107	-	2.294	-
Obrigações tributárias		-	(7)	493	(7)
Obrigações trabalhistas		-	(18)	23	(18)
Outras contas a pagar		(96)	156	(96)	158
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(3.296)	(151)	(1.279)	(154)
Imposto de renda e contribuição social		(1)	(7)	(917)	(7)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(3.297)	(158)	(2.197)	(161)
Das atividades de investimentos					
Aportes em investimentos					
Dividendos recebidos		165	-	-	-
Perda em investimentos		3.277	-	-	-
Adições ao imobilizado e intangível		-	-	(529)	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		3.442	-	(529)	-
Das atividades de financiamentos					
Mútuo com partes relacionadas		(150)	32	1.678	36
Aumento de capital		-	3	2.092	3
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		(150)	35	3.770	39
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(5)	(123)	1.044	(123)
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		6	128	7	130
No final do exercício		1	6	1.051	7
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(5)	(123)	1.044	(123)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional: A GD Solar Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de abril de 2015, com natureza empresária, organizada e regida nos termos do presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404/76 (lei das S.A.) e alterações posteriores. A Companhia tem sede situada na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1600, Conjunto 12, Bairro Vila nova Conceição, CEP 04543-000. As demonstrações contábeis consolidadas ("Consolidado") e individuais ("Controladora") da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 abrangem a Companhia e as suas Controladas. **Investimentos:** Em julho de 2015 a Companhia constitui 4 SPEs (Sociedades de Propósito Específico) por meio das quais foram desenvolvidos projetos de geração fotovoltaica. As SPEs são: i) Andromeda Equipamentos Fotovoltaico Ltda., Sextans A Equipamentos Fotovoltaico Ltda. e Tucana Dwarf Equipamentos Fotovoltaico Ltda Em todos as SPEs, a Companhia detinha uma participação de 99.99% no capital social no montante de R$ 1.000 (mil reais). Também em julho de 2015 a Companhia constituiu a subsidiária denominada Milky Way Equipamentos Fotovoltaico Ltda. com participação de 25% no capital social, no montante de R$ 250 (duzentos e cinquenta reais). A fase pré-operacional da GD Solar impactou a situação patrimonial da Companhia em 2016 uma vez que pesquisa e desenvolvimento (P&D) demandaram recursos financeiros ao longo do período. Como a fase de P&D inicial se encerrará neste exercício e novos projetos fotovoltaicos entrarão em operação, esperamos que a operação se torne lucrativa daqui em diante. Em 2017 a Companhia, por meio de uma reorganização societária, passou a deter participação societária nas seguintes empresas: i) BRL Solar Soluções LTDA 99,95%; e ii) BRL Solar Equipamentos LTDA 99,99%. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Companhia) foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela diretoria da Companhia em 15 de junho de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou do conselho de administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A Companhia controla as empresas, "BRL Solar Soluções" e "BRL Solar equipamentos", e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os resultados das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a Companhia e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro líquido do exercício das controladas. O exercício social das controladas é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real, a mesma moeda de preparação e de apresentação das demonstrações contábeis. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Reconhecimento da receita: para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da prestação de serviços e, em particular, se a Companhia havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios; Vida útil dos bens do imobilizado e intangível: a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado no final de cada período de relatório; Perda estimada para crédito liquidação duvidosa: a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na Nota Explicativa nº 3 (c) a seguir. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis: **a) Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração:** Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. **Ativos financeiros:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e outros créditos, classificados na categoria de empréstimos e recebíveis. Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, por meio do método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva). Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente fornecedores, contas a pagar. Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Contas a receber e provisão para estimativa de créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos representados destes créditos. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Não foram reconhecidas perdas estimadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma vez que não existem títulos em atraso na data de emissão destas demonstrações contábeis. **d) Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 6. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **e) Investimentos: Participação Societária:** As participações societárias nas controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é originalmente reconhecido pela participação no valor do patrimônio líquido da controlada e, posteriormente, é ajustado pelos resultados e variações patrimoniais ocorridas após a aquisição da participação societária. **f) Receita operacional: Locação:** A receita operacional de locação no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos foram transferidos para o locador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia. **g) Receitas financeiras** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações em fundos de investimentos em cotas e certificados de depósitos bancários (CDB), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, não houve evidências que indicassem que os ativos não seriam recuperáveis. **i) Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar estão classificadas como passivos circulantes pois os pagamentos são devidos por período inferior a um ano. **j) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando da ocorrência de efeitos relevantes, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k) Empréstimos:** São registrados pelo seu valor nominal acrescidos de juros, calculado "pro-rata dia" até a data de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas. As parcelas vincendas em período acima de 12 meses são classificadas no passivo não circulante. **l) Tributação: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, de acordo com as alíquotas básicas:

Impostos	% – Alíquotas
Programa integração social – PIS	0,65%
Contribuição para seguridade social – COFINS	3%
Imposto sobre serviços – ISS	5%

Esses encargos são demonstrados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo lucro presumido estimado em 32%. Calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R$ 60 trimestralmente, para imposto de renda e 9% sobre a mesma presunção para contribuição social. **m) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até as datas dos balanços, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, à medida que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. **n) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **o) Novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes principais novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017: • **IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros. • **IFRS 15/CPC 47 – "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 – "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma. As novas orientações do IFRS 15 não trarão impacto na classificação e mensuração da receita e seu reconhecimento. • **IFRS 16 – "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

4. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Bancos – conta corrente	1	-	983	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez imediata	-	6	68	76
	1	**6**	**1.051**	**76**

5. Tributos a recuperar

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Tributos a recuperar	7	6	382	6
	7	**6**	**382**	**6**

6. Adiantamentos

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Adiantamentos a fornecedores	49	1	185	1
Adiantamentos a prestadores de serviços	-	-	-	-
	49	**1**	**185**	**1**

7. Partes relacionadas

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Ativo				
Bravia Solar	1	1	1	1
Milky Way	328	-	328	-
BRL Solar Equipamentos	402	-	-	-
BRL Solar Soluções	-	-	11	
	731	**1**	**340**	**1**
Passivo				
Milk Way	34	33	-	36
BRL Solar Soluções	579	-	-	-
BRL Solar Equipamentos			2.046	
	613	**33**	**2.046**	**36**

Saldos e transações referentes a empréstimos concedidos em condições acordadas entre as partes. **Remuneração do pessoal-chave:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os diretores e membros do conselho de administração não foram remunerados. Bem como não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações. **8. Imobilizado:** A composição do imobilizado no consolidado está demonstrado como segue:

		31/12/2017 Total custo	Acumulada	Saldo líquido	31/12/2016 Saldo líquido
Máquinas e Equipamentos	10%	60	(1)	59	-
Veículos	20%	-	-	-	-
Moveis e utensílios	10%	5	-	5	-
Computadores e periféricos	20%	19	(1)	18	-
Instalações	10%	50	-	50	-
Imobilizado em andamento	-	395	-	395	-
	-	529	(2)	527	-

A movimentação do imobilizado no ano de 2017 está demonstrada a seguir:

		2016	Adição	Depreciação	Baixas	2017
Máquinas e Equipamentos	10%	-	60	(1)	-	59
Veículos	20%	-	-	-	-	-
Moveis e utensílios	10%	-	5	-	-	5
Computadores e periféricos	20%	-	19	(1)	-	18
Instalações	10%	-	50	-	-	50
Imobilizado em andamento	10%	-	395	-	-	395
		-	529	(2)	-	527

9. Investimentos e passivo a descoberto

a) Composição

Empresa	Controladora: Patrimônio líquido	Participação societária	Investimento	Consolidado: Investimento
Milky Way Equipamentos	4.710	25%	1.178	1.178
Sextans Equipamentos	(613)	100%	(614)	(614)
Andromeda Equipamentos	(210)	100%	(210)	(210)
Brl Solar Soluções	1.355	100%	1.354	-
Brl Solar Equipamentos	(2)	100%	(2)	-
			1.706	**354**

b) Movimentação do Investimento – Controladora

Empresa	Saldo em 31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2016
MILKY WAY EQUIPAMENTOS	-	(271)	(271)
SEXTANS EQUIPAMENTOS	-	(1)	(1)
ANDROMEDA EQUIPAMENTOS	-	(1)	(1)
	-	**(273)**	**(273)**

Empresa	Saldo em 31/12/2016	Aportes	Perda	Dividendos Recebidos	Equivalência Patrimonial	Controladora Saldo em 31/12/2017	Consolidado Saldo em 31/12/2017
Milky Way Equipamentos	(270)	-	-	-	1.448	1.178	1.178
Sextans Equipamentos	(1)	-	-	-	(613)	(614)	(614)
Andromeda Equipamentos	(1)	-	-	-	(209)	(210)	(210)
BRL Solar Soluções	-	1.616	(3.277)	(165)	3.180	1.354	-
BRL Solar Equipamentos	-	476	-	-	(478)	(2)	-
	(272)	**2.092**	**(3.277)**	**(165)**	**3.328**	**1.706**	**354**

c) Informações de investimentos: O quadro abaixo apresenta um resumo das demonstrações contábeis das investidas em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Milky Way	BRL Solar Soluções	BRL Solar Equipamentos
Resumo do balanço patrimonial			
Ativo circulante	167	1.106	4.728
Ativo não circulante	4.885	1.052	100
Total do ativo	**5.052**	**2.158**	**4.828**
Passivo circulante	13	803	4.830
Passivo não circulante	329	-	-
Patrimônio líquido	4.710	1.355	(2)
Total do passivo e patrimônio líquido	**5.052**	**2.158**	**4.828**
Lucro (prejuízo) do exercício	**(204)**	**4.752**	**(502)**

10. Contas a pagar

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Adiantamentos	191	114	191	114
Honorários advocatícios	-	173	-	173
	191	**287**	**191**	**287**

11. Provisão para contingências: A Administração da Companhia não tem conhecimento de processos cíveis, trabalhistas e tributários na esfera judicial e/ou administrativa na data base 31 de dezembro de 2017 e 2016. **12. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2017, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 2.914 composto por 12.023.228 (doze milhões, vinte e três mil e duzentas e vinte oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 07 de março de 2016 foi registrada a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de maio de 2015 para deliberação e aprovação do aumento de capital no valor de R$ 821, mediante a emissão de 428 (quatrocentos e vinte e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1.918, 02 (Hum mil novecentos e dezoito reais e dois centavos) por ação, as quais foram totalmente integralizadas à vista em moeda corrente nacional pela acionista Bravia Brazil Private Equities LLC. Em 06 de outubro de 2017 foi registrada a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de agosto de 2017 para deliberação e aprovação do aumento de capital no valor de R$ 2.092, mediante a emissão de 12.021.800(doze milhões, vinte e uma mil e oitocentas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 2.092 (dois milhões e noventa e dois mil) por ação ordinária sem valor nominal totalmente integralizadas mediante o aporte de quotas representativas do capital de sociedade. Este aumento de capital não gerou movimentação no fluxo de caixa da controladora. **b) Distribuição de dividendos:** Os acionistas têm direito a dividendo anual cumulativo de 25% de acordo com o Estatuto Social da Companhia. **c) Dividendos:** Do lucro líquido do exercício (quando apurado), após as deduções legais, destinar-se-á: **(i)** 5% para constituição de reserva legal, até atingir 20% do capital social da Companhia; **(ii)** 25% para dividendos mínimos obrigatórios, a serem pagos aos acionistas da Companhia, salvo se a Assembleia Geral deliberar em sentido contrário; e **(iii)** O saldo remanescente terá a destinação dada pela Assembleia Geral.

13. Receita líquida

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita Bruta	16	13	25.594	13
Deduções	(1)	(1)	(3.067)	(1)
Total	**15**	**12**	**22.527**	**12**

14. Despesas gerais e administrativas

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Serviços técnicos	(56)	(209)	(3.445)	(209)
Serviços jurídicos	(5)	(203)	(634)	(203)
Aluguel e condomínio	(42)	(4)	(209)	(4)
Publicações	-	-	-	-
Viagens	(1)	(2)	(189)	(2)
Outras	(5)	(28)	(1.110)	(32)
Total	**(109)**	**(446)**	**(5.587)**	**(450)**

15. Resultado financeiro

Descricão	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas				
Receita sobre aplicação financeira	51	35	-	35
Taxas de cambio	(153)	-	-	-
Despesas financeiras	(10)	-	(1)	-
Total	**(112)**	**35**	**(1)**	**35**

16. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável:

Descricão	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas Bruta	16	13	25.578	65
(=) Presunção 32%	**5**	**4**	**8.185**	**21**
(+) Rendimentos financeiros	-	34	51	63
(=) Base de cálculo	**5**	**38**	**8.236**	**84**
(x) Adicional de imposto de renda de 10%	-	-	780	-
(x) Aplicação de alíquotas do IRPJ – 15% e da CSLL – 9%	(1)	(7)	1.235	(7)
(-) Ajuste na aplicação do Cálculo no Lucro Real	-	-	(318)	
(=) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(1)**	**(7)**	**(917)**	**(7)**

17. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia estão representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, a qual está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Exposição à riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme segue:

	Nota	Controlada 2017	Consolidado 2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1.051
		1	**1.051**

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição de liquidez. A exposição do risco de liquidez na data das demonstrações contábeis é conforme segue:

Exposição a riscos de liquidez	Controlada 2017	Consolidado 2017
Fornecedores	3	484
Contas a pagar	191	2.237
	194	**2.721**

Gerenciamento do capital: Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter adequada estrutura de capital. **Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 representam o custo amortizado, sendo que os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado. **18. Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

19. EBITDA

	Consolidado 2017
Lucro líquido	68
(+) IRPJ/CSLL	917
(+) Depreciação	2
(+/-) Despesas (Receitas) financeiras, líquidas	(1)
EBITDA	**987**

DIRETORIA

CONTADOR

FABIO LAGES COMITRE - CRC - SP sob o Nº SP 308888/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **GD SOLAR HOLDING S.A.**
São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **GD Solar Holding S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **GD Solar Holding S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro1 de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinadas por nós e o relatório de 11 de maio de 2017 continha o parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de junho de 2018
Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
CT CRC 1SP-223.177/O-1
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Ex-atleta declara vitória em eleição no Paquistão

PTI/ Reuters

Ex-campeão de críquete Imran Khan, Pakistan Tehreek-e-Insaf (PTI), reivindicou vitória nas eleições no Paquistão.

O ex-campeão de críquete Imran Khan proclamou ontem (26) a vitória do seu partido, o Pakistan Tehreek-e-Insaf (PTI), nas eleições legislativas do Paquistão. Khan disse que, "finalmente", tem a possibilidade de "mudar o destino deste país". "Esse é o primeiro governo que não realizará nenhuma vitimização política", ressaltou.

A apuração, no entanto, ainda está em curso e com atrasos maiores que o normal. Apesar de Khan aparecer na liderança da contagem parcial de votos, ele não teria a maioria absoluta para formar um governo. Enquanto isso, os oponentes de Khan alegam fraude. As eleições no Paquistão são consideradas históricas, pois é a segunda transição democrática de poder em 71 anos (ANSA).

Logística Ambiental de São Paulo S.A. – Loga

CNPJ/MF n° 07.032.886/0001-02 - NIRE 35.300.318.005

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30.04.2018

Data, hora, local: 30.04.2018, 09hs, na sede social, São Paulo/SP, Avenida Marechal Mário Guedes, 221, Jaguaré, CEP 05348-010. **Convocação e Presenças:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas, ficando, assim, dispensada a convocação nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos por Anrafel Vargas Pereira da Silva e secretariados por Osvaldo Rodrigues Souza. **Ordem do Dia: Em AGO**: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2017; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2017 e a distribuição de dividendos. **Em AGE**: **(iii)** deliberar sobre a capitalização de reservas de lucros, com o consequente aumento do capital social integralizado, sem aumento do capital subscrito. **Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. Passou-se, então, à análise da ordem do dia, tendo sido tomadas as seguintes deliberações, todas por unanimidade de votos, abstendo-se de votar, no entanto, os legalmente impedidos, nos termos do Artigo 134, § 1º da Lei das S.A.: **Em AGO: (i) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31.12.2017:** foi aprovado, na íntegra, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2017, bem como o Parecer dos Auditores Independentes. Em observância ao Artigo 133 da Lei das S.A., referidos documentos foram devidamente publicados nas edições de 27.04.2018 dos jornais DOESP e "Empresas e Negócios". Os acionistas declaram que tomaram conhecimento de referidos documentos e consideraram sanada a falta de publicação dos anúncios sobre a disponibilização de referidos documentos, bem como a observância dos prazos de antecedência aplicáveis, na forma do Artigo 133, §4º, da Lei das S.A. **(ii) Destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos:** foi aprovada a proposta da administração para destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31.12.2017, no valor total de R$ 23.582.287,77, conforme constou das demonstrações financeiras da Companhia aprovadas nos termos do item (i) acima, da seguinte forma: **(a)** será constituída Reserva Legal, conforme previsto no Artigo 193 da Lei das S.A., no valor de R$ 1.179.114,39; **(b)** foi aprovada a distribuição de R$ 5.600.793,35 a título de dividendo obrigatório aos acionistas, na proporção da participação de cada um no capital social da Companhia, observado que o valor será pago conforme disponibilidade de caixa da Companhia até 31.12.2018; e **(c)** foi aprovada, por fim, a distribuição de R$ 16.802.380,03 a título de dividendos adicionais aos acionistas, na proporção da participação de cada um no capital social da Companhia, para pagamento conforme disponibilidade de caixa da Companhia até 31.12.2018. **Em AGE: (iii) Capitalização de reservas de lucros – aumento do capital social integralizado, sem aumento do capital subscrito:** preliminarmente, os acionistas fazem constar que o capital social integralizado da Companhia até esta data monta R$ 29.415.804,48. Na sequência, foi aprovada a capitalização total da Reserva Legal da Companhia, no valor de R$ 2.483.553,20, reputando-se, dessa forma, integralizada parcela correspondente do capital social subscrito pelos acionistas e pendente de integralização, atribuindo-se referida integralização aos acionistas na proporção da participação de cada um no capital social. Em face da capitalização da Reserva Legal, os acionistas fazem constar que, do capital social total subscrito, no valor de R$ 60.650.000,00, o montante de R$ 31.899.357,68 encontra-se integralizado e o montante de R$ 28.750.642,32 será integralizado nos termos e condições estabelecidos nos respectivos Boletins de Subscrição firmados pelos acionistas quando da subscrição das ações de emissão da Companhia. **Encerramento:** Nada mais a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos da presente assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que tendo sido lida por todos e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Anrafel Vargas Pereira da Silva, Presidente; Osvaldo Rodrigues Souza, Secretário. Acionistas: Estre Coleta Holding S.A. e Estre Ambiental S.A., neste ato representadas por Júlio Cesar de Sá Volotão e Thiago Fernandes; e Vega Valorização de Resíduos S.A., neste ato representada por Anrafel Vargas Pereira da Silva e Carlos Alberto Nunes Bezerra. **Confere com a original lavrada em livro próprio**. São Paulo, 30.04.2018. **Mesa:** Anrafel Vargas Pereira da Silva - Presidente, Osvaldo Rodrigues Souza - Secretário**. Acionistas: Vega Valorização de Resíduos S.A. – VVR,** Anrafel Vargas Pereira da Silva, Carlos Alberto Nunes Bezerra, **Estre Coleta Holding S.A.,** Júlio Cesar de Sá Volotão, Thiago Fernandes**, Estre Ambiental S.A.,** Júlio Cesar de Sá Volotão, Thiago Fernandes. JUCESP nº 345.155/18-0 em 20.07.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Agropecuaria Jarinã S.A.

CNPJ. n.º 03.207.826/0001-14 - NIRE. 35300197020

Extrato da Ata da AGOE Realizada em 04 de Junho de 2018

Data, Horário e Local: 04/06/18, às 10 hs, na sede social, na Rua Cubatão, 86, conjunto 1401, sala 01, São Paulo/SP. **Presença**: **Ubirajara Rodolpho Amorim**; e **Urape Participações e Empreendimentos Ltda.**, representado pelo seu sócio administrador **Ubirajara Rodolpho Amorim,** anteriormente qualificado, sendo os acionistas representando mais 99% das ações com direito a voto. **Convocação e Publicação**: Edital de convocação publicado no DOESP, nos dias 10, 11 e 12/05/18 e nos mesmos dias no jornal Empresas & Negócios. O balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.17, foram publicados no DOESP e no jornal Empresas & Negócios, em edição de 18/05/18. **Mesa**: Presidente da Mesa, Sr. Ubirajara Rodolpho Amorim; Secretário da Mesa, Sr. Mauricio Mugnol. **Presenças:** Acionistas representando mais de dois terços do capital social com direito a voto. **Deliberações Aprovadas por unanimidade: AGO**: i) o relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.17; ii) os acionistas resolveram fixar a remuneração global dos Diretores da Companhia para o exercício social de 2018 em R$ 135.000,00; e iii) considerando que a companhia não apurou lucro no exercício encerrado em 31.12.17, não foi tomada qualquer deliberação acerca da distribuição de lucros. **AGE:** i) assuntos de interesse dos acionistas. **Encerramento:** Nada mais, foi lavrada esta Ata, que depois de lida, aprovada e subscrita pelos acionistas e pelos componentes da Mesa. **Mesa: Ubirajara Rodolpho Amorim -** Presidente; **Mauricio Mugnol** - Secretário**. JUCESP** nº 281.492/18-9 em 15/06/18. Flávia R Britto Gonçalves-Secretária Geral.

Albatross Corretora de Câmbio e Valores S.A.

CNPJ Nº 05.452.073/0001-38 - NIRE 35300381378

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20.02.2017

Data: 20/02/2017, às 10 hs. **Deliberações Aprovadas:** 1 - Aumento de capital, com emissão de novas ações - passando para R$ 2.164.403,15 dividido em 188.947 ações sendo 105.811 ordinárias e 83.136 preferenciais. 2 - Reforma do Estatuto social. **Assinaturas:** Presidente: Jackson Aguiar de Carvalho Passos. Secretário: Fabrício Botelho Sancho. Acionistas: **Hold Participações S.A.**, representada por seus diretores Srs. Jackson Aguiar de Carvalho Passos e David Botelho Sancho; **David Botelho Sancho**; **Fabrício Botelho Sancho**. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Fabrício Botelho Sancho** - Secretário. AGE devidamente registrada na **JUCESP** nº 265.580/18-3 em 05.06.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

AGENDA DO EMPRESÁRIO®
www.agenda-empresario.com.br ANO XXX APOIO: CENOFISCO
SEXTA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 2018

AUXÍLIO MORADIA
Empresa pretende auxiliar funcionária que passa por situação financeira precária, por meio de auxílio moradia, pago na folha, com o proceder? Saiba mais acessando: [www.empresario.com.br/legislacao].

MOTORISTA FICOU PARADO NA ESTRADA JUNTO AO VEÍCULO, TENDO EM VISTA A GREVE DE CAMINHONEIROS, COMO EFETUAR O CÁLCULO DAS HORAS TRABALHADAS?
O episódio ocorrido com os caminhoneiros no mês passado é considerado "paralisação" e não greve, portanto, em termos legais é tempo a disposição sem prejuízo do salário ao empregado motorista de carga. Neste caso não se aplica as disposições do artigo 235-C já que, por analogia, são situações diferentes no aspecto jurídico o que se ajusta ao artigo 4° da CLT, como salário e hora extra.

OBRIGAÇÃO DE CONTRATAR ESTAGIÁRIO
Empresa é obrigada a contratar estagiário e PcD, inclusive relógio de ponto, como proceder? Saiba mais: [www.empresario.com.br/legislacao].

REDUZIR JORNADA DE TRABALHO
Empresa pode reduzir a jornada de trabalho de funcionário, quais os limites? Como ficaria o descanso semanal e férias? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

EMPRESA PODE PAGAR EM FOLHA DE PAGAMENTO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, TERÁ ENCARGOS?
Esclarecemos que o auxílio alimentação pago em dinheiro é considerado salário e assim, sujeito a incidência de INSS e FGTS. Base Legal – Art.457, §2º da CLT.

RECONTRATAR NA MESMA FUNÇÃO
Funcionário demitido sem justa causa em novembro/2017 pode ser contratado novamente na mesma função? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

• Eficiência • Qualidade • Confiança www.osfe-rnc.com.br
OSFE CONTÁBIL 35 anos
IMEMO Instituto da Memória Empresarial www.imemo.com.br

50 anos ORCOSE Contabilidade
Fundador: José SERAFIM Abrantes
11 3531-3233 – www.orcose.com.br
Rua Clodomiro Amazonas, 1435 - Vila Olímpia - 04537-012 - São Paulo - SP
capital-jun/18
© HÍFEN – todos os direitos reservados

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal Empresas e Negócios Ltda.. Para verificar a assinatura clique no link: https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/95EB-F438-C626-6AFA